

<u>Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu</u> <u>ESTADO DO PARANÁ</u>

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Divisão de Alimentação Escolar

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROJETO HORTA

Aline Cristina Christmann – Nutricionista Lucia Noemi Weiss – Nutricionista

Base Legal - Legislação Resolução 26/2013 - FNDE Lei 8.666/93 - Licitações Lei 11.947/09 - AF RDC 216 – ANVISA Resolução 465/2010 – CFN Lei 14.855/2005 – Lei das cantinas PR



- Maiores programas de alimentação escolar no mundo único universalizado;
- 1930: alguns estados e municípios ricos ofertavam alimentos → desnutrição;
- Oficializado em 1955 como política pública ->
 Campanha de Merenda Escolar;
- 1965 -> Campanha Nacional de Alimentação Escolar;

Ribeiro *et al; 2013*

- Até 1970

 doações internacionais para escoamento agrícola;
- Indícios apontam para padronização de práticas e hábitos alimentares;

BRASIL, 1994; MALUF, 2009; PEIXINHO, 2013.

 1979: passa a ser chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

ABREU, 1997

 1988: alimentação escolar passa a ser um direito constituído e dever do Estado para ensino fundamental;

 1994: ocorre a descentralização da alimentação escolar, mas ainda com a presença de formulados;

BRASIL, 1988; BRASIL, 1994; MALUF, 2009; PEIXINHO, 2013

- Programa Fome Zero, lançado em 2003, começam novos desenhos ao PNAE;
- Inicialmente com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
- Grande salto foi em 2009 com a lei 11.947/2009;

BRASIL, 2003; BRASIL, 2009



- Ampliação do repasse gradual (R\$0,13 para R\$0,22);
- Inclusão para atendimento da educação infantil, ensino médio e EJA;
- Obrigatório utilização de pelo menos 30% dos recursos financeiros para agricultura familiar;
- Obrigatoriedade cardápio fornecer pelo menos 20% das necessidades nutricionais;

BRASIL, 2009



• Respeito aos hábitos e cultura da região;

Inclusão da EAN no contexto educacional;

 Incentivo de produtos orgânicos / agroecológicos;

BRASIL, 2009

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

 Art 3º: Objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de EAN e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante período letivo;

BRASIL, 2013

• O repasse é feito com base no censo escolar realizado no ano anterior; programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio: • Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) → poder executivo, educação, APMF, entidade civil organizada; FNDE; Tribunal de Contas da União (TCU); Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI); Ministério Público.



- O recurso financeiro do FNDE exclusivo para aquisição de gêneros alimentícios;
- Os gêneros deverão ser utilizados apenas para alimentação escolar;
- Proibida aquisição de bebidas de baixo valor nutricional;
- Restrita aquisição de doces, enlatados e embutidos;
- 30% para agricultura familiar;

Cardápios

- Devem ser elaborados pelo nutricionista RT;
- Gêneros alimentícios básicos, respeitando hábitos, cultura;
- Sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola → alimentação saudável e adequada;
- Necessidade nutricional de acordo com modalidade, período, indígena/quilombola;
- 3 porções de frutas/hortaliças por semana;
- Doce no máximo 110 Kcal/semana;



PNAE – Foz do Iguaçu

- Atendimentos
 - 51 escolas
 - 37 CMEIS
 - 11 entidades filantrópicas
 - 6 Centros de Convivência

Total de 105 unidades escolares







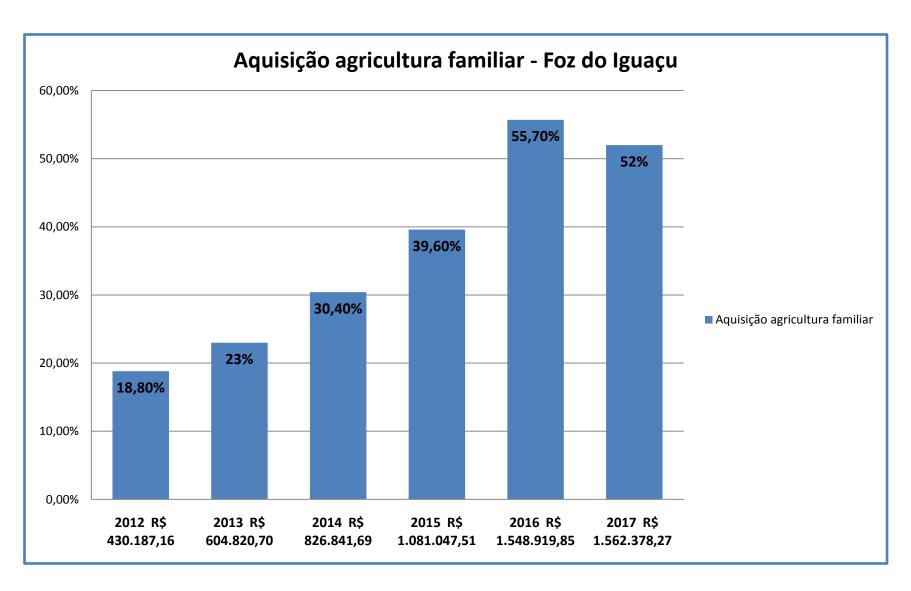


Custos 2017

Custo per capta						
	Creche	Pré Escola	Fundamental	Mais Educação	EJA	AEE
Total (contrapartida + FNDE)	1.991.131,85	2.238.889,80	5.720.049,55	1.115.085,64	82.068,74	205.686,36
Custo per capta/dia	3,17**	1,96	1,02	2,74	1,48	0,87
Valor repassado FNDE	1,07	0,53	0,36	1,07	0,36	0,53
Contrapartida município	2,10	1,43	0,66	1,67	1,12	0,34

^{**} Esse valor corresponde a média, pois há o fornecimento de 2 e 4 refeições/dia nos cmeis. Para 2 refeições o valor é R\$ 2,11 e para 4 refeições R\$ 4,23

Agricultura Familiar – Foz do Iguaçu



Agricultura Familiar e Alimentação Escolar

AGRICULTURA FAMILIAR

Desenvolvimento agrário

Geração de renda e agregação de valor

Segurança alimentar

Combate a pobreza rural

Desenvolvimento sustentável

Quem vende

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Respeito as tradições e hábitos alimentares saudáveis

Educação alimentar

Segurança alimentar

Participação/controle social

Desenvolvimento sustentável

Quem compra

LEI Nº 14423 - 02/06/2004



Publicado no Diário Oficial Nº 6743 de 03/06/2004

Súmula: Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º. Os serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado do Paraná, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida indispensáveis à saúde dos alunos.
- Art. 2º. Atendendo ao preceito nutricional e de acordo com o artigo anterior, fica expressamente proibida, nos serviços de lanches e bebidas ou similares, a comercialização do seguinte:
- a) bebidas com quaisquer teores alcoólicos;
- b) balas, pirulitos e gomas de mascar;
- c) refrigerantes e sucos artificiais;
- d) salgadinhos industrializados;
- e) salgados fritos; e
- f) pipocas industrializadas.
- § 1º. O estabelecimento alimentício deverá colocar a disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais, objetivando a escolha e o enriquecimento nutritivo dos mesmos.
- § 2º. É vedada a comercialização de alimentos e refrigerantes que contenham em suas composições químicas, nutrientes que sejam comprovadamente prejudiciais à saúde.

Lei 14.855/2005 - Paraná

- Art. 3º. Os proprietários desses estabelecimentos deverão garantir a qualidade higiênico-sanitário e nutricional dos produtos comercializados.
- Art. 4º. Um mural de um metro de altura por um metro de comprimento deverá ser fixado em local próprio e visível, rente ao estabelecimento, para divulgação e informações pertinentes a assuntos relacionados com a área alimentícia.
- Art. 5º. Os estabelecimentos só poderão funcionar mediante alvará sanitário, expedido pelo Órgão Estadual responsável pela Vigilância Sanitária ou a quem esta designar.
- Art. 6º. Os estabelecimentos já existentes terão um prazo de cento e oitenta dias para regularem e adequarem suas situações, dentro dos critérios estabelecidos.
- Art. 7º. A abertura de novos estabelecimentos só poderão ocorrer mediante a emissão do alvará sanitário expedido pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária ou por quem esta designar.
- Art. 8º. O não cumprimento dos critérios estabelecidos por esta lei acarretará a aplicação de sanções previstas pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária. Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desenvolvimento da infância

- O período escolar engloba grande parte da infância intenso desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, adaptações sociais e hábitos alimentares;
- Surgem as aversões alimentares, inapetência e as preferências que são influenciados pelos espaços onde passa maior parte do tempo: ambiente escolar;

Gráfico 16 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2002-2003 e 2008-2009 Masculino Feminino 29,9 28,7 18,5 Obesidade Déficit de peso Excesso de peso Obesidade Déficit de peso Excesso de peso 2008-2009 1974-1985 (1) 1989 (2) 2002-2003



www.abeso.org.br

ALERTA!









GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

2ª Edição



Brasília — DF 2014

IN-NATURA **PROCESSADO** ULTRAPROCESSADO







abacaxi

abacaxi em calda

suco de abacaxi em pó







espiga de milho

milho em conserva

salgadinho de milho no pacote







peixe

peixe em conserva

empanado de peixe







Novas pirâmides alimentares

As maneiras de se classificar os alimentos propostas pelo Guia Alimentar



Alimentos processados

São aqueles que já passaram por um processo industrial, derivados diretamente dos produtos naturais. Recomenda-se evitá-los. Ex.: Conservas e frutos em calda

Os alimentos ultraprocessados são aqueles derivados majoritariamente ou inteiramente de produtos extraídos de

preferencialmente os in natura ou minimamente processados.

Ex.: Guloseimas em geral, comida congelada, refrigerantes, embutidos, sopas e macarrões "instantâneos", entre

Os alimentos e seu processamento

Ingredientes culinários

Produtos extraídos in natura ou com processos de moagem, trituração ou refino. São usados para temperar e cozinhar alimentos. É recomendável seu uso moderado durante a preparação dos alimentos Ex.: Sal, óleos, gorduras e açúcar

Alimentos in natura ou minimamente processados

São alimentos extraídos da natureza com pouca ou nenhuma modificação, servidos como retirados diretamente da natureza ou passados por processos de lavagem, remoção de partes indesejáveis ou qualquer outros processo que não envolva a adição de outra substância ao produto original.

Estes alimentos devem ser priorizados na alimentação, comidos puros (se possível), temperados com óleos ou sal e usados na preparação de refeições, juntamente com outros produtos.

Ex.: Legumes, verduras, frutas, grãos, carnes, especiarias em geral, ovos, leite e derivados (sem adição de açúcar)

Para explicar melhor o conceito de ultraprocessados, tenha-se como exemplo

impactos, na alimentação, na meio ambiente.

Alimento processado

Abacaxi em calda

Alimento in natura ou minimamente processado

Abacaxi in natura ou descascado

Educação Alimentar

Será que tudo que comemos é apenas uma questão de escolha pessoal? Será que quando colocamos no nosso prato uma concha de feijão e duas colheres de arroz não dizemos quem somos, o que gostamos, quem são os nossos pais, onde vivemos e no que acreditamos?

Educação Alimentar

É um trabalho sistemático, contínuo, multidisciplinar e complementar a família ;

É importante trabalhar a autonomia, fazer pensar sobre o que comemos, pois só conseguimos mudar algo se faz sentido;

Educação Alimentar

Apenas 30 segundos são necessários para convencer uma criança nas propagandas publicitárias;



Doces (1ano) = 20Kg



2 caixas de 250ml (1ano) = 22 Kg Flávia Gonçalves Micali, 2014



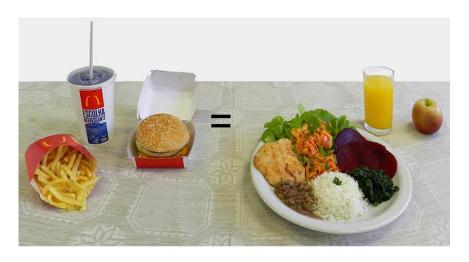
2 Latas (1ano) = 22Kg



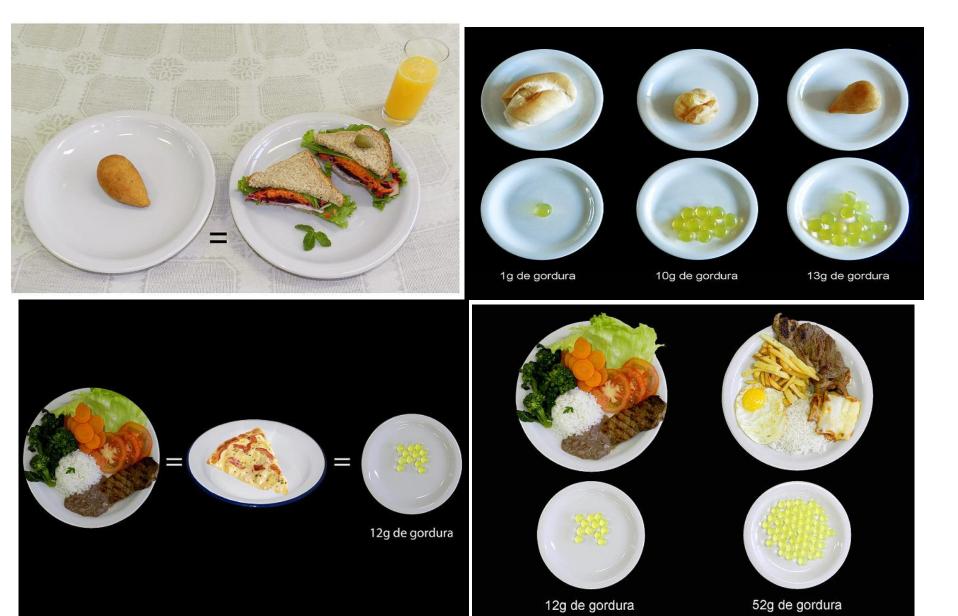
2 Latas (1ano) = 11Kg











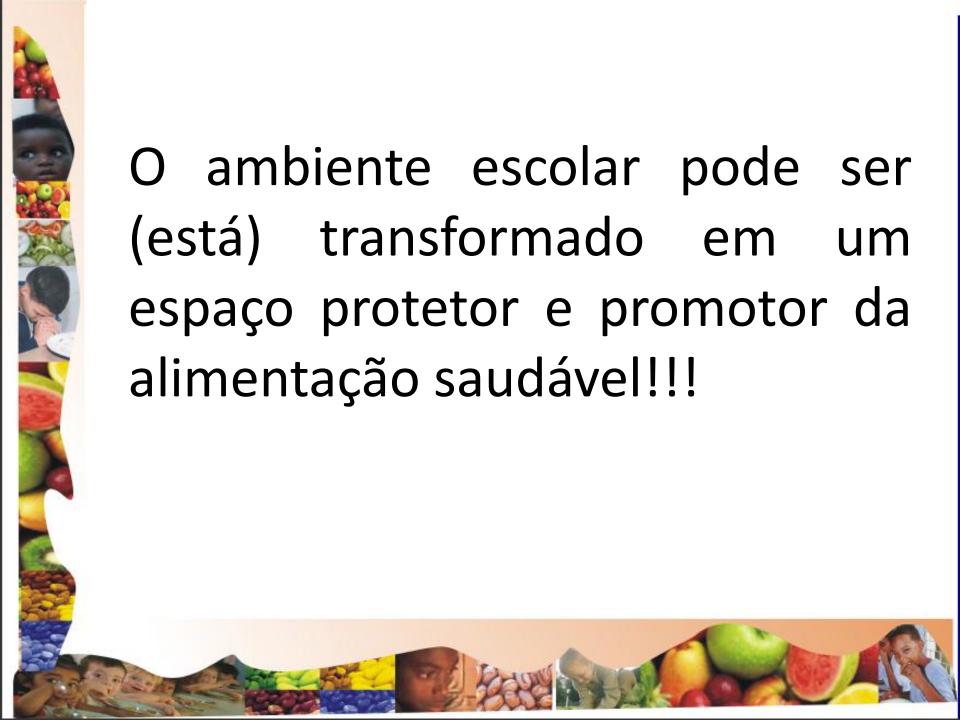




CICLO DO COMER CONSCIENTE

Saia do automático 😊







OBRIGADA!!!

<u>alimentacaoescolar.</u> <u>foz@gmail.com</u>